

## **“O Antigo Portugal no Brasil Renascido”: O Mito do Império Luso-brasileiro no Poema Épico *Caramuru*, de Santa Rita Durão**

Publicado em 1781, o poema *Caramuru*, de Santa Rita Durão, pretende ser uma epopéia da formação do Brasil. Trata-se de uma narrativa de origem modernizada na medida em que nela o fundo mítico e lendário se encontra entrelaçado a certos personagens e eventos históricos, dentre os quais se destaca a trajetória do protagonista, o náufrago português Diogo Álvares Correia, que conseguiu importante ascensão sobre as tribos indígenas do Recôncavo Baiano em meados do século XVI, recebendo delas a alcunha de Caramuru. Que a obra tem certas veleidades historiográficas fica evidente no intróito preparado pelo autor, ao qual ele denomina “Reflexões Prévias”, e onde cita, com certo orgulho intelectual, suas fontes documentais. Entrementes, este apego ao fato documentado não significa que *Caramuru* seja um texto histórico. Ele intervém no material histórico-cronístico, de modo a transformá-lo em um material épico, aproveitando uma tradição literária que o século XVIII tinha por inferior (a crônica) para compor uma forma literária então amplamente aceita como superior (a epopéia), por meio da qual narra a formação do Brasil segundo um modelo prestigiado pela cultura erudita européia.

*Caramuru* representa o Brasil como uma unidade sócio-política, mesmo apesar de que durante todo o período colonial (e ainda depois) não havia de fato uma unidade política. Na obra de Durão, o Brasil é imaginado como sendo uma entidade una e indivisível, cujos limites territoriais extremos são, ao norte, o Grão-Pará (onde se situa o rio Amazonas) – “Dá princípio na América opulenta/ Às províncias do império lusitano/ O Grão-Pará, que um mar nos representa” (VI, 71) – e, ao sul, São Vicente e São Paulo, províncias que se estenderiam até o rio da Prata: “S. Vicente e S. Paulo os nomes deram/ Às extremas províncias que ocupamos;/ Bem que ao Rio da Prata se estenderam/ As que com próprio marco assinalamos” (VI, 79). Ou seja, *Caramuru* assimila um antigo desejo dos colonizadores portugueses: a constituição do “Magnus Brasil”, projeto secretamente acalentado na Corte de Lisboa e sub-repticiamente divulgado por cartógrafos e cronistas ligados à Coroa portuguesa desde o século XVI.

A idéia do “Magnus Brasil” indica que desde o início da colonização o governo português tinha intenções de não obedecer aos limites territoriais que o Tratado de Tordesilhas lhe impunha, de modo que lentamente os colonizadores lusos gestaram a

tese de que a divisão territorial entre os domínios americanos das duas dinastias ibéricas não devia ser estabelecida por linhas consideradas por eles como abstratas e artificiais, e sim por fronteiras naturais, entendidas pelos lusos como instrumentos mais racionais de demarcação; tais fronteiras naturais seriam preferencialmente os abundantes cursos fluviais que cortavam a América do Sul. Desde cedo, os portugueses viram no rio da Prata uma linha fronteira ideal enquanto a linha fluvial demarcadora ao norte não foi imediatamente definida, antes ela foi orientada por uma lenda narrada pelos cronistas e depois pretensamente confirmada pelos cartógrafos dos séculos XVI e XVII. A lenda teria suporte em relatos indígenas que diziam haver no interior do continente uma grande lagoa, com inúmeras riquezas minerais e cercada por uma avançada civilização. Um dos primeiros a estudar a cartografia que apontava para a existência do mítico lago, o historiador Jaime Cortesão (1957) afirma que o mito da Ilha-Brasil, e não o referido tratado diplomático, é que de fato modelou a ocupação da América pelos portugueses.

A idéia de Ilha Brasil se justificaria porque do lago nasceriam dois rios, um que correria para o norte e outro para o sul, circunscrevendo assim um território insular separado do restante do continente por ambos os rios. Seguindo-se a noção de fronteira “natural”, seria mais “lógico” que essa ilha formasse um único domínio geopolítico. Portanto, o Brasil como entidade geográfica seria precedente do Brasil sócio-político, em outras palavras, o expansionismo luso estaria apenas consumando um destino providencialmente manifesto pela natureza. É essa a visão adotada por Santa Rita Durão em seu poema: o Brasil como um vasto território “naturalmente” compreendido entre o Prata e o Amazonas destinado, por desígnio divino, à Coroa portuguesa. Portanto Durão assimila e dá dimensão épica ao mito de um Brasil definido pela própria natureza, destinado por Deus à expansão territorial, política e cultural da nação portuguesa. Difunde-se a imagem de um Brasil que não foi feito, mas que se fez a si mesmo num processo “natural” e providencial, no qual coube aos lusos aceitar o destino traçado. É evidente que nem só de grandeza geográfica e natural se trata aqui, a pressuposição é de que tal magnitude sinalizaria também um futuro politicamente majestoso.

As raízes dessa ambição imperial podem ser encontradas no próprio mito de origem da fundação do Reino de Portugal, o qual ganhou novos sentidos quando, na passagem do século XVI para o XVII, deu-se o desaparecimento do rei D. Sebastião e Portugal se viu sob o domínio da Espanha. A situação despertou um forte sentimento patriótico, expresso no anseio popular pelo retorno de D. Sebastião para libertar o

Reino, gerando um mito de fundo messiânico que encontrou no padre Antônio Vieira um erudito divulgador e defensor. Vieira estudou as profecias bíblicas e concluiu que Portugal seria o Quinto Império previsto pelos antigos profetas. Longe de ser uma utopia isolada, a visão de Portugal como Quinto Império tornou-se comum e inclusive foi intensificada quando o reino recuperou sua independência.

Várias evocações dessa utopia podem ser encontradas no poema de Durão, que na colonização do Brasil enxerga sobretudo a cristianização de uma vasta população pagã. Durão chega mesmo a postular a evangelização dos indígenas como meio para que Portugal viesse a se tornar um império maior do que o Grego e o Romano, numa referência ao ideal do Quinto Império Luso. Muito embora esteja envolvido por certo misticismo, este ideal não indica que Durão fosse um intelectual retrógrado, ao contrário, é importante ressaltar que ele foi um pioneiro no esforço de dar forma estética a um projeto longamente gestado por portugueses e luso-brasileiros do Iluminismo: a formação de um grande Império luso-brasileiro. O racionalismo ilustrado pode ter despido a utopia do Quinto Império de sua dimensão mística, mas o conceito permaneceu e foi freqüentemente debatido pelos intelectuais e estadistas do Reino e da colônia. Cientes das potencialidades de um domínio territorial tão vasto, as elites de ambos os lados do Atlântico ambicionaram erigir um Império luso-brasileiro, sonho que conquistou aliados mesmo entre os participantes da Inconfidência Mineira.

Não custa lembrar que Durão era um intelectual luso-brasileiro residente na Europa desde menino, portanto sua obra alinha-se com a perspectiva metropolitana ao conceber o Brasil como uma unidade integrada a Portugal, definida pela Providência para ser continuidade e extensão do reino-pai. O Brasil de *Caramuru* é uma terra que se identifica e se confunde com sua natureza dadivosa, destinado a ser um Império lusitano e católico em plena América do Sul. Após a Independência, as elites brasileiras adotaram essa visão imperialista e, ao invés de uma República, formou-se o único regime imperial do continente americano. Nestas circunstâncias, foi interessante relevar a posição metropolitana de Durão e ressaltar o que em *Caramuru* soava como um canto épico do passado e, principalmente, como um canto profético do imperialismo brasileiro. Hoje *Caramuru* está um tanto esquecido da academia e afastado do grande público, entretanto a mitologia expansionista que ele ajudou a criar e a fixar na cultura brasileira sobrevive, na medida em que o futuro imperialista do Brasil ainda é uma utopia fortemente incorporada ao imaginário popular brasileiro.